



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões

MISSÃO: *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

A C Ó R D ã O Nº 7.029

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 12.865.2009-20-TCE.
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, exercício de 2008.
RESPONSÁVEL: Senhor Francisco Ferreira Vasconcelos.
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Condenação. Devolução Aplicação de multa. Autorização, desde já, a cobrança judicial. Remessa de cópia à Câmara Municipal e ao Poder Executivo do Município. Irregularidade. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, exercício orçamentário e financeiro de 2008, de responsabilidade do Senhor Francisco Ferreira de Vasconcelos – Presidente, com fulcro no inciso III, alíneas “a” a “d”, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, face ao desrespeito e inobservância às exigências insculpidos nos artigos 37, *caput* e inciso XXI, 39, §4º e 70, *caput*, todos da CF/88, e também nos regramentos previstos na Lei Federal nº 4.320/64 (art. 96) e na Lei Federal nº 8.666/1993 (art. 2º); **2) condenar** o gestor à devolução aos cofres municipais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da importância de R\$ 307.304,56 (trezentos e sete mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos), corrigida monetariamente a partir de 01/01/2009, referente ao débito apurado na gestão sob exame com base nos gastos efetuados em desacordo com as normas legais e procedimentais aferidas durante a instrução; **3) aplicar multa** em destaque ao ex-gestor no importe de R\$ 30.730,45 (trinta mil, setecentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos) correspondente a 10% do valor do dano apurado a ser recolhida aos cofres da Fazenda Pública Estadual no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93 c/c art. 139, inciso III, do Regimento Interno deste TCE/AC; **4) autorizar**, desde já, a cobrança judicial do débito (item 2 retro) e da multa aplicada (item 3), acaso inadimplidos, a ser efetuada pela Procuradoria Geral do Estado conforme orientação do art. 59 c/c art. 63, inciso II, ambos da LCE nº 38/93; **5) remeter** cópia do presente julgado à Câmara Municipal e ao Poder Executivo do Município de Cruzeiro do sul, na pessoa de seus atuais representantes legais, para conhecimento e saneamento das irregularidades aqui relatadas, caso ainda persistam, alertando-os sobre a necessidade de correção prática e imediata de



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões

MISSÃO: *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

todos os atos de gestão e das impropriedades detectadas pela 2ª IGCE no relatório técnico

(A C Ó R D Ã O Nº 7.029 – FL. 02)

de fls. 114/135 com vistas a dar pleno cumprimento às exigências constitucionais, legais e formais relativas à concessão lícita e a prestação de contas de diárias fruídas pelos edis, ao pagamento de verbas indenizatórias em caráter excepcional de acordo com as hipóteses previstas com anterioridade em lei e regulamento próprio, à ilegalidade de pagamento de verbas rescisórias de cunho celetista aos ocupantes de cargos em comissão exonerados, à contratação ilegal de pessoas e serviços sem observância às estreitas veredas da Lei de Licitações e suas variantes, ao dever de elaboração de inventário analítico dos bens pertencentes ao Parlamento Mirim, bem como a ilegalidade quanto ao pagamento corrente de quantias e valores que excedam aos subsídios pré-fixados aos vereadores, nos termos apurados nestes autos. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 02 de dezembro de 2010.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Presidente do TCE/ACRE.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE.